

Apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativo ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. São Paulo, 12 de Março de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2011 e 2001 (Em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVO		
Circulante	83.515	42.705
Disponibilidades	196	393
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	75.141	4.601
Aplicações em depósitos interfinanceiros	75.141	4.601
Operações de crédito (Nota 6)	2.995	17.860
Setor privado	4.394	21.768
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.399)	(3.908)
Outros créditos (Nota 7)	4.946	11.361
Diversos	4.946	11.361
Outros valores e bens (Nota 8)	237	8.490
Outros valores e bens	232	8.472
Despesas antecipadas	5	18
Não circulante		
Realizável a longo prazo	27.009	122.867
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	10.168	98.192
Carteira própria	-	84.055
Instrumentos financeiros derivativos	10.168	14.137
Operações de crédito (Nota 6)	1.552	10.029
Setor privado	1.552	10.029
Outros créditos (Nota 7)	15.283	14.605
Diversos	15.283	14.605
Outros valores e bens (Nota 8)	6	41
Despesas antecipadas	6	41
Permanente	10.765	6.828
Investimentos	10.670	6.650
Participações em controladas - no país	10.670	6.650
Imobilizado de uso	71	138
Outras imobilizações de uso	338	338
Depreciações acumuladas	(267)	(200)
Diferido	24	40
Gastos com organização e expansão	(53)	77
Amortizações acumuladas	(77)	(37)
Total do ativo	121.289	172.400

	2011	2010
PASSIVO		
Circulante	2.960	9.111
Outras obrigações	2.960	9.111
Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	1.480	6.424
Diversas (Nota 11)	1.480	2.687
Não circulante		
Exigível a longo prazo	6.809	59.912
Depósitos	53.905	53.905
Depósitos interfinanceiros (Nota 14)	-	53.905
Outras obrigações	6.809	6.007
Diversas (Nota 11)	6.809	6.007
Patrimônio líquido	111.520	103.377
Capital:		
De domiciliados no País (Nota 13)	107.500	107.500
Reservas de lucros	4.020	1.136
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.145)	(1.145)
Prejuízos acumulados	-	(4.114)
Total do passivo e patrimônio líquido	121.289	172.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital	Reserva de lucros		Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros acumulados	Total
		Legal	Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	107.500	17	-	-	(25.372)	82.145
Constituição de reservas	-	1.119	-	-	(1.119)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.145)	-	(1.145)
Resultado do período	-	-	-	-	22.377	22.377
Saldos em 31 de dezembro de 2010	107.500	1.136	-	(1.145)	(4.114)	103.377
Constituição de reservas	-	144	2.740	-	(2.884)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1.145	-	1.145
Resultado do período	-	-	-	-	6.998	6.998
Saldos em 31 de dezembro de 2011	107.500	1.280	2.740	-	-	111.520
Saldos em 30 de junho de 2011	107.500	1.136	-	(691)	8	107.953
Constituição de reservas	-	144	2.740	-	(2.884)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	691	-	691
Resultado do período	-	-	-	-	2.876	2.876
Saldos em 31 de dezembro de 2011	107.500	1.280	2.740	-	-	111.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2007 foi deliberada a alteração da denominação social da então Superbank S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, para Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Em 07 de abril de 2011 foi concluída a venda da Rede Matriz Serviços e Franquias Ltda. Os efeitos dessa transação foram considerados no resultado no valor de R\$5.108.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638) e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

3. Descrição das principais práticas contábeis - a. Apuração do resultado - Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pro rata" dia. **b. Operações de crédito e depósitos interfinanceiros** - As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e respectivos encargos retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos devidos, calculados "pro rata" dia. **c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, entre "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco, que deve ser reavaliado periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. As operações vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controlada em conta de compensação, não mais figura no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, renegociadas de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H". **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **f. Outros valores e bens** - Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em razão de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustado por provisão para perda no valor recuperável quando necessário. Despesas antecipadas: Referem-se a despesas pagas antecipadamente, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, representado substancialmente por comissão a agentes na colocação de financiamentos e despesas de seguros. Quando da cessão desses direitos ou benefícios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado. **g. Imobilizado de uso e diferido** - O imobilizado de uso e diferido são demonstrados pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo, conforme demonstrado na Nota 13. Os saldos existentes no ativo diferido, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do BACEN, serão mantidos até a sua efetiva baixa. **h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **i. Ativo e passivo circulante, realizável e exigível a longo prazo** - São demonstrados pelos valores de realização e liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **j. Imposto de**

renda e contribuição social sobre o lucro líquido - A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240 (R\$120 por semestre). A provisão para contribuição sobre o lucro líquido foi calculada a alíquota de 15% para empresas financeiras e 9% para as empresas não financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo), são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e estudos técnicos e análises da administração em atendimento a resolução 3.059/02 e 3.355/06. **k. Estimativas contábeis** - Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso, e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultarem no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão substanciadas nas disposições da Resolução nº 2823/09 e Carta Circular 3429/10 do Bacen, sendo estas as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas estimadas e como remotas não são provisionados e divulgados. • As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **m. Lucro líquido por ação** - O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços. **n. Fluxo de Caixa** - Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a Instituição utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) das transações que não envolvem caixa; (ii) de quaisquer diferidos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e (iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, eram as seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Até 360 dias	75.141	4.601
Total	75.141	4.601
5. Títulos e valores mobiliários		
a) Composição:		
LTN	-	84.055
Total de títulos públicos	-	84.055
Swap de crédito	10.168	14.137
Total de títulos privados	10.168	14.137
Total	10.168	98.192
b) Composição por vencimento		
LTN	-	84.055
Títulos públicos	-	84.055
Swap de crédito	10.168	14.137
Títulos privados	10.168	14.137
Total	10.168	98.192
c) Classificação dos títulos e valores mobiliários		
	31/12/2011	31/12/2010
	Valor na curva	Valor de mercado
Em negociação		
Derivativos	10.168	14.137
Total	10.168	14.137
Disponíveis para venda		
Títulos públicos federais	-	84.055
Total	10.168	84.055
Total geral	10.168	98.192

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "disponíveis para venda", bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo seu valor justo estimado (valor de mercado). O valor justo geralmente baseia-se em consultas à cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados através de cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

6. Operações de créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa - a) Composição por vencimento das operações de crédito

b) Composição por setor de atividade das operações de crédito

	31/12/2011	31/12/2010
Setor privado - Pessoas jurídicas	139	10.480
Setor privado - Pessoas físicas	5.807	21.317
Total	5.946	31.797

c) Classificação por níveis de risco das operações de crédito

Níveis	31/12/2011		31/12/2010	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	-	9.953	-	-
A	3.408	17	12.896	64
B	293	3	1.452	15
C	371	11	2.122	64
D	129	13	958	96
E	261	78	448	134
F	344	172	596	298
G	117	82	450	315
H	1.023	1.023	2.922	2.922
Total	5.946	1.399	31.797	3.908

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	3.908	28.675
Provisão constituída / revertida	(2.252)	1.790
Créditos baixados	(257)	(26.557)
Saldo final	1.399	3.908
Recuperação	3.325	13.863

e) Concentração dos principais devedores

	31/12/2011		31/12/2010	
	% sobre a carteira	% sobre o patrimônio líquido	% sobre a carteira	% sobre o patrimônio líquido
Principal				
devedor	220	0,20	9.953	31,30
10 Maiores	924	15,54	0,83	11,035
20 Maiores	1.423	23,93	1,28	11.831
50 Maiores	2.257	37,96	2,02	13.477
100 Maiores	3.056	51,40	2,74	15.291

Operações de crédito direto ao consumidor

	31/12/2011	31/12/2010
Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)		
	AA	A
Curto prazo:	2.347	200
De 0 a 14 dias	126	19
De 15 a 30 dias	169	9
De 31 a 60 dias	274	27
De 61 a 90 dias	282	26
De 91 a 180 dias	716	68
De 181 a 360 dias	780	51
Longo prazo:	1.059	66
Acima de 360 dias	1.059	66
Total normal	3.406	266
Vencido:	2	27
Até 14 dias	-	12
De 15 a 30 dias	2	27
De 31 a 60 dias	-	33
De 61 a 90 dias	-	2
De 91 a 180 dias	-	2
De 181 a 360 dias	-	2
Acima de 360 dias	-	2
Total	3.408	293

Operações de crédito direto ao consumidor

	31/12/2011	31/12/2010
Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)		
	AA	A
Curto prazo:	2.347	200
De 0 a 14 dias	126	19
De 15 a 30 dias	169	9
De 31 a 60 dias	274	27
De 61 a 90 dias	282	26
De 91 a 180 dias	716	68
De 181 a 360 dias	780	51
Longo prazo:	1.059	66
Acima de 360 dias	1.059	66
Total normal	3.406	266
Vencido:	2	27
Até 14 dias	-	12
De 15 a 30 dias	2	27
De 31 a 60 dias	-	33
De 61 a 90 dias	-	2
De 91 a 180 dias	-	2
De 181 a 360 dias	-	2
Acima de 360 dias	-	2
Total	3.408	293

Operações de crédito direto ao consumidor

	31/12/2011	31/12/2010
Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)		
	AA	A
Curto prazo:	2.347	200
De 0 a 14 dias	126	19
De 15 a 30 dias	169	9
De 31 a 60 dias	274	27
De 61 a 90 dias	282	26
De 91 a 180 dias	716	68
De 181 a 360 dias	780	51
Longo prazo:	1.059	66
Acima de 360 dias	1.059	66
Total normal	3.406	266
Vencido:	2	27
Até 14 dias	-	12
De 15 a 30 dias	2	27
De 31 a 60 dias	-	33
De 61 a 90 dias	-	